

Hora do educacionismo

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

N a última edição de 2023 do **Correio Braziliense**, o jornalista Luiz Carlos Azedo provocou nominalmente este leitor a refletir sobre o papel da educação na construção do futuro do Brasil. Entre envaidecido e comprometido, respondo que apenas educação não é suficiente, mas é absolutamente necessária para construir um país rico, democrático, justo, sustentável e pacífico. A história mostra que, além da educação, é preciso liberdade para fazer florescer a criatividade, que a cooperação internacional é necessária para aproveitar recursos externos, e a democracia, para corrigir rumos errados, mas a educação é o eixo central para enfrentar cada problema brasileiro e construir o progresso, especialmente nestes tempos em que a economia é baseada no conhecimento.

O Brasil tem o PIB elevado, mas não sai da armadilha da baixa renda per capita, por depender de aumento na produtividade, devido sobretudo à falta de educação em geral e sua vertente profissionalizante. Temos imensa renda social por causa do tamanho da população e do potencial natural, mas não conseguimos sair de sua perversa concentração, nem da baixa renda per capita. Em consequência, temos os péssimos indicadores sociais, todos vinculados à falta de educação de base. O desemprego depende, por um lado, de investimentos para criar vagas, e, por outro, do preparo profissional para preencher vagas criadas e preparar o trabalhador a adaptar-se à evolução tecnológica. O Brasil tem potencial para ser líder na nova indústria digital e sustentável, cuja base está no desenvolvimento científico e tecnológico que exige aproveitar todos os cérebros, não deixando nenhuma criança para trás em sua educação de base.

Apesar de décadas de crescimento econômico, dezenas de conquistas trabalhistas e diversos programas de assistência social, a pobreza e a desigualdade persistem no Brasil porque a distribuição de renda e dos benefícios sociais decorre da distribuição do conhecimento, graças ao acesso à escola com a mesma qualidade, independentemente da renda e do endereço da criança. A pobreza e a desigualdade só serão enfrentadas corretamente quando o Brasil superar seu sistema escolar dividido em “escolas senzala” e “escolas casa grande”.

Nos últimos anos, vimos a fragilidade de nossa democracia, porque não basta ter Constituição cidadã se ela não for internalizada na alma da nação, graças à educação com qualidade e equidade. É a educação que fortalece e humaniza a democracia, transformando-a de um texto escrito em um guia da nação. Os constituintes fazem a Constituição, mas são os professores que a incorporam na alma do povo. Depois de 40 anos, temos uma democracia bárbara que divide as cidades na apartação de condomínios e ocupações, oferece os serviços sociais de qualidade, especialmente educação, apenas à parte rica da população. Sua transformação em democracia civilizada passa por educação de qualidade para todos.

Tanto a corrupção no comportamento de políticos quanto na definição de prioridades pela política tem várias causas, mas todas têm a ver com a educação. Os políticos corruptos são doutores instruídos, mas não foram educados para a cidadania, os eleitores sem educação se submetem por necessidade à venda do voto ou são enganados mais facilmente pela demagogia. A violência urbana exige polícia e justiça eficientes, mas requer ampla educação para quebrar a desigualdade que insufla violência, e

também para educar ao desarmamento e pacificar a população.

Educação não faz tudo, mas faz o que é preciso para que tudo seja feito. O Brasil já tentou independência, república, ditadura, democracia, desenvolvimentismo, marcha para o oeste, governos de direita e esquerda, mas nunca tentou o educacionismo. Só uma radical estratégia educacionista vai permitir ao Brasil dar o salto que precisa e ter condições para aproveitar seu maior recurso potencial: nossa população educada.

Talvez, os maiores entraves para isso sejam a

mentalidade, que vê educação como um serviço social e não como fator de produção e de distribuição no mundo moderno, e a cultura atávica, que não vê os brasileiros como possíveis campeões em educação, nem acredita na possibilidade de os filhos dos pobres terem escolas com a qualidade dos filhos dos ricos. Os desafios do educacionismo são convencer o Brasil de que isso é preciso, é possível, esta é a hora, este é o caminho, e definir a estratégia para realizá-lo: criar um Sistema Único Nacional Público de Educação de Base com a máxima qualidade, independente da renda e do endereço da pessoa.



Teste do pezinho e os braços cruzados do Estado

» FLAVIO CARVALHO BRITTO
Advogado

» ANDREA GOZETTO
Especialista em advocacy e doutora em ciências sociais (Unicamp)

F ernando Sabino escreveu que leis são como vacinas: umas pegam, outras não. Não deveria ser assim, mas, quando nos lembramos que o Brasil tem quase 5.600 casas legislativas, incluindo aí assembleias estaduais e câmaras municipais, talvez devamos até celebrar quando uma lei só fica no papel. Já houve caso de um município que aprovou lei para proibir consumo de melancia, e um outro que determinou a criação de aeroporto para Onvnis. Essa falta de seriedade e comprometimento entrou em nosso folclore; Stanislav Ponte Preta que o diga.

Apesar de convivermos com esse febeapá, há leis fundamentais que, quando não cumpridas, acarretam graves e, por vezes, irreparáveis danos. Vamos aqui tratar, especificamente, da Lei Federal nº 14.154/2021, que visa ampliar o Programa Nacional de Triagem Neonatal para identificar mais enfermidades — algumas raras — através do teste do pezinho. Passados mais de dois anos, não se tem notícia de medidas efetivas para a concretização da política pública por parte do Ministério da Saúde.

Dentre as doenças cujos diagnósticos devem ser disponibilizados nos termos da lei, está a Atrofia Muscular Espinhal (AME), enfermidade que acomete gravemente o sistema nervoso daqueles que, por uma mutação genética, não produzem uma proteína essencial para a sobrevivência de neurônios motores, responsáveis pela transmissão dos impulsos nervosos aos músculos, resultando em progressiva fraqueza e atrofia musculares. Andar, engolir e até mesmo respirar deixam de ser movimentos espontâneos pelo caráter degenerativo da AME. Os sintomas costumam se manifestar muito cedo e progridem de forma dramaticamente veloz, afetando a expectativa e a qualidade de vida. Sob essa perspectiva, a detecção e o tratamento precoces da doença reduziram significativamente o seu avanço.

Já existem medicamentos eficazes à disposição do SUS, mas o sistema ainda não contempla o amplo rastreamento da doença. Ou seja: há chance de tratamento, mas não há como se chegar ao diagnóstico no momento e forma ideais, justamente por meio do teste do pezinho no recém-nascido. E se hoje o diagnóstico não é disseminado é porque a lei federal está sendo descumprida, mesmo já havendo laboratórios aptos a realizar uma ampla testagem.

A ausência de perspectiva causa particular preocupação àqueles que dependem da disponibilização, pelo SUS, dos testes de rastreamento das doenças previstas na lei. A omissão causa indignação diante da inexistência de impedimento técnico e estrutural à imediata incorporação do rastreamento da AME ao Plano Nacional de Triagem Neonatal (PNTN): tanto o teste do pezinho quanto o teste PCR, que possibilitam uma triagem inicial confiável da doença, já são amplamente difundidos no SUS. Tampouco há óbice jurídico: a Constituição Federal consagra o direito à saúde como direito fundamental subjetivo e dever do Estado, tendo a Justiça já proferido inúmeras decisões assegurando o tratamento da AME custeado pelo poder público.

Esse estado de coisas não pode prosseguir. A falta do diagnóstico precoce — previsto em lei — impede o oportuno controle da enfermidade. A doença, quando já instalada, proporciona um terrível sofrimento para o bebê e sua família, sem prejuízo de onerar pesadamente os cofres públicos, já que o tratamento demanda longos períodos de internação — muitas vezes, em unidades de terapia intensiva (UTIs) —, ventilação mecânica, procedimentos cirúrgicos e demais cuidados.

A situação hoje reside no limbo entre o descaso político e a inércia do Ministério da Saúde. O tratamento, sabe-se, não é barato, mas está disponível pelo Sistema Único de Saúde. A imediata adoção da técnica da detecção via teste do pezinho constitui a solução mais empática e, claro, mais humana.

Enfim, a Lei 14.154/21 tem que pegar. Nossos recém-nascidos agradecem.

O Brasil em 2024: avanços na indústria, equilíbrio fiscal e compromisso sustentável

» VAGNER FREITAS
Bancário e presidente do Conselho Nacional do SESI. Foi presidente da CUT (2012-2019)

O segundo ano do terceiro mandato do governo Lula se destacará por promover avanços significativos na indústria, além de seguir firme no cumprimento da meta fiscal e na regulamentação da reforma tributária, como afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os dados econômicos indicam uma tendência positiva, e o governo está comprometido em corrigir distorções, como as das subvenções, cuja medida provisória já foi aprovada, e as da desoneração, enviada ao Congresso e pronta para discussão.

Nos últimos dias de 2023, Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, anunciou a alocação de R\$ 3,4 bilhões para o programa de modernização do parque industrial em 2024. Essa iniciativa visa não apenas impulsionar o fluxo de caixa das empresas, mas também fortalecer a capacidade produtiva futura, evidenciada na Formação Bruta de Capital Fixo.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a média de idade de máquinas e equipamentos na indústria brasileira é de 14 anos, com 38% deles próximos ou ultrapassando o ciclo de vida ideal. Esse cenário afeta a competitividade e

gera custos adicionais. A estratégia do governo Lula busca reverter essa realidade, impulsionando a modernização industrial e aumentando os investimentos em relação ao PIB.

No ensejo das políticas econômicas do ministro Haddad, também se destacam o novo arcabouço fiscal e a correção de distorções no ICMS, que contribuem para um ambiente de negócios mais favorável. Projetos voltados para a economia verde reforçam o compromisso do governo com práticas sustentáveis, o que impactará também a indústria. Além da premente e recorrente preocupação com a urgência climática.

Além disso, Lula demonstra um compromisso em proporcionar oportunidades para a nova industrialização, alinhando-se à visão de progresso do país. Quanto aos índices econômicos, é digno de nota que o controle da inflação e a queda no desemprego refletem a eficácia das políticas implementadas, fortalecendo a estabilidade econômica do país.

É válido destacar que o desenvolvimento de um país transcende para os setores de educação, cultura e esportes. Nesse contexto, melhorias tributárias e fiscais, como as implementadas pelo governo,

incentivam as indústrias a direcionarem seus investimentos para projetos e parcerias com esses propósitos.

O crescimento e o desenvolvimento de uma nação vão além dos índices de melhoria e do aumento da produção. A geração de emprego e renda desempenha um papel crucial nesse cenário, influenciando diretamente aspectos como educação, cultura e esportes. É aqui que o Conselho Nacional do Sesi pode desempenhar um papel fundamental, aprimorando e desbloqueando parcerias voltadas para esses setores como uma forma de retribuir à sociedade os impostos pagos.

Além das parcerias, há espaço para melhorias nos serviços de educação profissional para a indústria e no aprimoramento da mão de obra. O Conselho pode contribuir significativamente para fortalecer e expandir essas iniciativas, promovendo uma abordagem integrada que não apenas beneficie as indústrias, mas também proporcione impactos positivos tangíveis à sociedade.

É com esse pensamento que começo o ano de 2024, que já se consolida como um período propício para avançarmos mais ainda o Brasil como uma nação forte e voltada para o futuro.